



Demonstrações Financeiras 2020

**Cooperativa de Crédito, Poupança e
Investimento Iguaçu - Sicredi Iguaçu
PR/SC/SP**

**Diretoria Executiva de Administração
Superintendência Contábil e Fiscal**



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Administradores e Associados da
Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Iguaçu - Sicredi Iguaçu PR/SC/SP
São João / PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Iguaçu - Sicredi Iguaçu PR/SC/SP (“Cooperativa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020, e as respectivas demonstrações de sobras, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Iguaçu - Sicredi Iguaçu PR/SC/SP em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), incluindo a Resolução nº 4.818 de 29 de maio de 2020 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e a Resolução BCB nº 2 de 12 de agosto de 2020 do BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 10 de fevereiro de 2021

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC – 2SP015199/O-6



Américo F. Ferreira Neto
Contador CRC-1SP192685/O-9

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A administração da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Iguaçu - Sicredi Iguaçu PR/SC/SP, em conformidade aos dispositivos legais e estatutários, divulga as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, juntamente com o relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras.

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a “transparência na gestão”, esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

A cooperativa no decorrer do exercício social de 2020 atuou em inúmeras iniciativas para contribuir com o desenvolvimento da comunidade onde atua, além de diversas ações sociais. Podemos destacar os seguintes negócios sociais: doação de cestas básicas para alunos carentes que participam do Programa A União Faz a Vida, ação Cooperação Solidária, que visou arrecadar alimentos e produtos de higiene para famílias carentes da área de ação da cooperativa, diversas ações de Natal nas agências, com distribuição de cestas básicas, doces, brinquedos e produtos de higiene doados a instituições sociais, crianças e famílias carentes. A cooperativa ainda realizou várias oficinas de educação financeira para crianças, adolescentes, adultos e pequenos empresários e exerceu os princípios da transparência e democracia com a realização das assembleias, que contaram com a participação expressiva dos associados.

Durante este período podemos destacar os seguintes fatos administrativos:

- Inauguração da quarta agência no Estado de São Paulo, na cidade de Campinas;
- Reinauguração das agências nas cidades de Marmeleiro e Renascença, com amplas e modernas instalações;
- Intensificação da adequação de processos com o objetivo de avançar nas assinaturas eletrônicas de documentos, facilitando assim a adesão dos associados a produtos e serviços, bem como contribuir ainda mais com a sustentabilidade, através da redução do volume de impressões;
- Ações institucionais visando incentivar o consumo e fortalecimento do comércio local;
- Redução de tarifas de transferências eletrônicas de valores, objetivando contribuir com os associados no momento de pandemia;
- Frente a escassez de recursos repassados, foi disponibilizada linha de crédito com recurso próprio para fomentar investimentos no agronegócio;
- Melhorias em processos operacionais, buscando padronização e maior agilidade no atendimento das demandas dos associados;
- Trabalho de redução de custos buscando melhorar a eficiência da Cooperativa;

Enfrentamento da Pandemia

Ao longo de todo o ano seguimos enfrentando a pandemia do novo Coronavírus (COVID 19) no país. O Sicredi esteve junto à população, prestando o atendimento necessário aos associados, colaboradores e às comunidades. Tomamos os cuidados para evitar a propagação da doença, seguindo as orientações do Ministério da Saúde e demais órgãos competentes no combate ao vírus; e mantivemos viva a nossa missão: valorizar o relacionamento, oferecer soluções financeiras para agregar renda e contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos associados e da sociedade.

Nossas linhas de crédito seguiram ativas e disponibilizamos também as linhas dos programas emergenciais do Poder Público. Como é intrínseco do nosso modelo de negócio, acompanhamos de perto a realidade dos associados e das regiões onde estamos presentes, o que possibilita ampliar a oferta de opções adequadas às necessidades de cada um no enfrentamento da crise e na manutenção dos negócios. Em um ano marcado pelo distanciamento humano, nossos meios eletrônicos de atendimento (caixas automáticos, internet banking, aplicativo) viabilizaram muitas de nossas demandas, são canais completos que permitem a realização da maior parte das operações sem a necessidade de ida às agências. Também contamos com canais telefônicos que podem ser utilizados para tirar dúvidas e atendimento via WhatsApp, o que traz ainda mais agilidade para muitas das solicitações.

Por meio de movimentos como Gente que Coopera Cuida e Eu Coopero com a Economia Local cuidamos das pessoas; tivemos o bem-estar de colaboradores e associados como foco e reafirmamos a força do cooperativismo como motor capaz de contribuir com a continuidade da atividade econômica no país.

A cooperativa atuou fortemente neste momento de crise para que as demandas dos associados fossem sempre atendidas. Dentre as ações de enfrentamento à pandemia, destacamos a aquisição de totens com álcool em gel disponibilizados em todas as agências, a higienização constante dos terminais de atendimento, o uso obrigatório e adequado de EPIs por todos os colaboradores, adesivos e cartazes informativos e preventivos, adesivos de indicação de distância segura na fila, controle de entrada nas agências (entre cinco a dez pessoas por vez de acordo com o tamanho do espaço), incentivo ao uso de canais digitais por meio de campanhas publicitárias, entre outras ações pontuais.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Iguauçu - Sicredi Iguauçu PR/SC/SP
CNPJ/MF nº 84.974.278/0001-50

ATIVO	31/12/2020	31/12/2019	PASSIVO	31/12/2020	31/12/2019
ATIVO	1.312.889	965.955	PASSIVO	1.082.995	764.579
DISPONIBILIDADES (Nota 04)	9.372	12.659	DEPÓSITOS (Nota 11)	829.286	598.007
INSTRUMENTOS FINANCEIROS	1.284.754	937.986	Depósitos à vista	268.080	127.300
Aplicações interfinanceiros de liquidez (Nota 05)	14.259	18.704	Depósitos interfinanceiros	11.824	11.505
Centralização financeira (Nota 04)	398.944	368.396	Depósitos a prazo	549.382	459.202
Relações interfinanceiras ativas	2.390	2.087	DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS	201.425	125.030
Operações de crédito (Nota 06)	827.134	517.143	Relações interfinanceiras (Nota 12)	188.983	113.730
Outros ativos financeiros (Nota 07)	42.027	31.656	Obrigações por empréstimos (Nota 13)	6.915	6.879
PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO (Nota 06)	(29.242)	(30.999)	Obrigações por repasses (Nota 14)	1.282	-
OUTROS ATIVOS (Nota 08)	8.172	6.585	Outros passivos financeiros (Nota 15)	4.245	4.421
INVESTIMENTOS (Nota 09)	21.777	21.777	PROVISÕES PARA RISCOS CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS E TRABALHISTAS (Nota 16)	52	18
IMOBILIZADO DE USO (Nota 10)	13.151	12.363	OUTROS PASSIVOS (Nota 17)	52.232	41.524
INTANGÍVEL (Nota 10)	4.905	5.584			
			PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 18)	229.894	201.376
			CAPITAL SOCIAL	68.570	65.126
			RESERVAS DE SOBRAS	150.848	128.149
			SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	10.476	8.101
TOTAL DO ATIVO	1.312.889	965.955	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.312.889	965.955

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Iguaçu - Sicredi Iguaçu PR/SC/SP
CNPJ/MF nº 84.974.278/0001-50

Descrição das contas	01/07/2020 a 31/12/2020 (Não auditado)	01/01/2020 a 31/12/2020	01/01/2019 a 31/12/2019
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	49.475	98.294	95.189
Operações de crédito (Nota 06)	49.251	97.651	94.858
Resultado títulos e valores mobiliários	136	548	229
Resultado das aplicações compulsórias	88	95	102
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(16.152)	(33.546)	(42.604)
Operações de captação no mercado	(5.115)	(13.489)	(21.897)
Operações de empréstimos e repasses	(3.992)	(7.290)	(4.958)
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (Nota 06)	(7.045)	(12.767)	(15.749)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	33.323	64.748	52.585
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(11.546)	(22.437)	(15.897)
Ingressos e receitas de prestação de serviços	18.904	34.202	27.793
Rendas de tarifas bancárias	4.648	9.131	8.193
Dispêndios e despesas de pessoal (Nota 22)	(15.943)	(31.385)	(30.349)
Outros dispêndios e despesas administrativas (Nota 23)	(15.640)	(30.647)	(28.349)
Dispêndios e despesas tributárias	(216)	(719)	(982)
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 24)	8.186	18.249	27.724
Outros dispêndios e despesas operacionais (Nota 25)	(11.485)	(21.268)	(19.927)
RESULTADO OPERACIONAL	21.777	42.311	36.688
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	1.163	1.210	2.296
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES	22.940	43.521	38.984
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	27	(1.343)	(1.689)
Provisão para Imposto de Renda	38	(823)	(1.044)
Provisão para Contribuição Social	(11)	(520)	(645)
PARTICIPAÇÕES NAS SOBRAS	(3.057)	(5.450)	(4.760)
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES	19.910	36.728	32.535

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Iguauçu - Sicredi Iguauçu PR/SC/SP
CNPJ/MF nº 84.974.278/0001-50

	Capital Social	Reserva Legal	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do período em 01/01/2019	60.325	108.525	6.888	175.738
Destinação resultado exercício anterior				
Distribuição de sobras para associados	-	-	(6.772)	(6.772)
Outras destinações	-	-	(116)	(116)
Capital de associados				
Aumento de capital	3.960	-	-	3.960
Baixas de capital	(2.568)	-	-	(2.568)
Resultado do período	-	-	32.535	32.535
Destinações				
FATES - Estatutário	-	-	(1.350)	(1.350)
Reserva legal - Estatutária	-	17.553	(17.553)	-
Juros sobre o capital próprio	3.409	-	(3.460)	(51)
Reserva legal - Doação SFG	-	2.071	(2.071)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2019	65.126	128.149	8.101	201.376
Mutações do Período	4.801	19.624	1.213	25.638
Saldos no início do período em 01/01/2020	65.126	128.149	8.101	201.376
Destinação resultado exercício anterior				
Distribuição de sobras para associados	-	-	(7.968)	(7.968)
Outras destinações	-	-	(133)	(133)
Capital de associados				
Aumento de capital	4.497	-	-	4.497
Baixas de capital	(2.840)	-	-	(2.840)
Resultado do período	-	-	36.728	36.728
Destinações				
FATES - Estatutário	-	-	(1.746)	(1.746)
Reserva legal - Estatutária	-	22.699	(22.699)	-
Juros sobre o capital próprio	1.787	-	(1.807)	(20)
Saldos no fim do período em 31/12/2020	68.570	150.848	10.476	229.894
Mutações do Período	3.444	22.699	2.375	28.518
Saldos no início do período em 01/07/2020 (Não auditado)	65.485	128.149	16.818	210.452
Capital de associados				
Aumento de capital	2.394	-	-	2.394
Baixas de capital	(1.096)	-	-	(1.096)
Resultado do período	-	-	19.910	19.910
Destinações				
FATES - Estatutário	-	-	(1.746)	(1.746)
Reserva legal - Estatutária	-	22.699	(22.699)	-
Juros sobre o capital próprio	1.787	-	(1.807)	(20)
Saldos no fim do período em 31/12/2020	68.570	150.848	10.476	229.894
Mutações do Período	3.085	22.699	(6.342)	19.442

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Iguaçu - Sicredi Iguaçu PR/SC/SP
CNPJ/MF nº 84.974.278/0001-50

	01/07/2020 a 31/12/2020 (Não auditado)	01/01/2020 a 31/12/2020	01/01/2019 a 31/12/2019
RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO APÓS AJUSTES AO RESULTADO	21.780	37.836	31.628
Resultado do semestre/exercício	19.910	36.728	32.535
AJUSTES AO RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	1.870	1.108	(907)
(Reversão) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	1.086	(1.757)	(3.462)
Provisão para desvalorização de outros ativos	20	20	(32)
Depreciação e amortização	2.296	4.281	3.672
Baixas do ativo permanente	202	276	281
(Reversão) Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas	12	34	(16)
Destinações ao FATES	(1.746)	(1.746)	(1.350)
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	(81.810)	555	(2.868)
(Aumento) Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	11.838	4.445	(15.850)
(Aumento) Redução em relações interfinanceiras ativas	6.543	(303)	(1.089)
(Aumento) em operações de crédito	(229.062)	(309.991)	(84.211)
Aumento em relações interfinanceiras passivas	46.824	75.253	9.717
(Aumento) em outros ativos financeiros	(10.922)	(10.371)	(6.513)
(Aumento) Redução em outros ativos	973	(1.607)	(1.391)
Aumento em depósitos	80.636	231.279	89.712
Aumento (Redução) em passivos financeiros	(162)	(176)	401
Aumento (Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	(92)	1.318	(634)
Absorção de dispêndios pelo FATES	(226)	(593)	(1.405)
Aumento em outros passivos	11.840	11.301	8.395
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa líquido proveniente/(aplicado)	(60.030)	38.391	28.760
Aquisição de investimentos	-	-	(4.162)
Aquisição de imobilizado de uso	(1.239)	(3.610)	(2.287)
Aplicações no intangível	(663)	(1.056)	(719)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa líquido proveniente/(aplicado)	(1.902)	(4.666)	(7.168)
Integralização de capital	2.394	4.497	3.960
Baixa de capital	(1.096)	(2.840)	(2.568)
Juros ao capital próprio	(20)	(20)	(51)
Distribuição de Sobras	-	(8.101)	(6.888)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa líquido proveniente/(aplicado)	1.278	(6.464)	(5.547)
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	(60.654)	27.261	16.045
Caixa e equivalente de caixa no início do período	468.970	381.055	365.010
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (Nota 04)	408.316	408.316	381.055

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Iguaçu - Sicredi Iguaçu PR/SC/SP
CNPJ/MF nº 84.974.278/0001-50

	01/07/2020 a 31/12/2020 (Não auditado)	01/01/2020 a 31/12/2020	01/01/2019 a 31/12/2019
Resultado líquido do exercício	19.910	36.728	32.535
Outros resultados abrangentes	-	-	-
Resultado abrangente atribuível	19.910	36.728	32.535

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
(EM MILHARES DE REAIS)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Iguazu - Sicredi Iguazu PR/SC/SP ("Cooperativa"), é uma instituição financeira cooperativa, filiada à Cooperativa Central de Crédito, Poupança e Investimento dos Estados do Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro - Central Sicredi PR/SP/RJ ("Central") e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("Bacen") com início das atividades em 01/04/1992 e sede situada na Avenida XV de Novembro, 374 - Prédio 02 Pisos, na cidade de São João - Paraná. A Cooperativa tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2020, está organizado por 108 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 1.990 pontos, dos quais a Cooperativa opera em 25 pontos de atendimentos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação das Cooperativas do Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A. ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução do Conselho Monetário Nacional ("CMN") nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Bacen (CPC 01, 03, 04, 05, 10, 23, 24, 25 e 27), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar 130 de 17 de abril de 2009.

Adicionalmente, a partir de janeiro de 2021, as alterações da Resolução CMN nº 4.818/2020 e da Resolução Bacen nº 2/20 foram incluídas na apresentação das demonstrações financeiras. O objetivo principal dessas alterações é trazer similaridade com as diretrizes de apresentação das demonstrações de acordo com as normas internacionais de contabilidade, Internacional Financial Reporting Standards (IFRS). As principais alterações implementadas foram: as contas do Balanço Patrimonial estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade e não mais segregadas em Circulante e Não Circulante, sendo a segregação apresentada apenas em Nota Explicativa; os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício anterior.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 03 de fevereiro de 2021.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

d) Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

e) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização ("accrual") das operações de crédito vencidas em até 59 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 60º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por no mínimo cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

f) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

g) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

h) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, referem-se a participação em empresas do Sistema Sicredi, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

i) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Imobilizado de uso e intangível", que levam em consideração a vida útil-econômica dos ativos.

j) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de software, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de uso e intangível".

k) Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

l) Depósitos e repasses interfinanceiros

Os depósitos à vista são compostos de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

Os depósitos a prazo são compostos por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós-fixada e estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

Os repasses interfinanceiros estão demonstrados pelos valores das exigibilidades, considerados os encargos, variações cambiais e monetárias até a data das demonstrações financeiras, reconhecidos em base pro rata dia.

m) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

n) Impostos e contribuições

O Imposto de Renda (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) incidem sobre o resultado positivo em atos não cooperativos; neste caso, a provisão corresponde às alíquotas vigentes para o IRPJ (15%, acrescida de adicional de 10%) e a CSLL (15%), aplicadas sobre o lucro auferido, após os ajustes de base de cálculo previstos na legislação e a compensação de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de CSLL de anos anteriores, sendo essa dedução limitada à 30% do lucro tributável.

Ainda no âmbito federal, as cooperativas estão sujeitas às contribuições para o Programa de Integração Social (PIS – 0,65%) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS – 4%) sobre as receitas auferidas nas operações com não associados, após a dedução de itens específicos previstos pela legislação, como as sobras apuradas nas Demonstrações de Sobras ou Perdas (DSP).

Na esfera municipal, a cooperativa está sujeita à incidência do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), apurado a partir da receita com atos não cooperativos, ou seja, em decorrência da prestação de serviços a não associados; as alíquotas variam entre 2% e 5% e são determinadas pela legislação vigente em cada município.

Os ingressos decorrentes de operações realizadas com cooperados não possuem incidência de tributos.

o) Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes e, também, das obrigações legais, são aplicadas de acordo com os critérios definidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles não mensuráveis com suficiente segurança e como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

p) Principais julgamentos e estimativas contábeis

Na elaboração da Demonstração Financeira são exigidas aplicações de certas premissas e julgamentos relevantes que envolvem alto grau de incerteza e que podem produzir impacto relevante sobre essas demonstrações. As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidos com base em julgamento, que são revisados a cada semestre.

As estimativas e julgamentos considerados mais relevantes pela Administração são detalhadas abaixo:

I - Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito: Além de observar os requisitos para constituição de provisão em função do atraso no pagamento de parcela de principal ou encargos das operações, a provisão é calculada com base no julgamento da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica, os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, aos períodos de atraso e ao grupo econômico, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

O detalhamento da provisão para perdas está apresentado na NOTA 06;

II - Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas: Com base em prognósticos de perda avaliados pela Administração, constituindo provisão para as demandas de natureza fiscal, cível, tributários e trabalhistas através de avaliações jurídicas. A avaliação do prognósticos de perda leva em conta a probabilidade de desembolsos da entidade para cada elemento processual e pode incorrer em alto grau de julgamento quanto maior for a incerteza existente.

O detalhamento das provisões e passivos contingentes está apresentado na NOTA 16;

III - Redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e outros ativos: o teste de perda por redução ao valor recuperável desses ativos é realizado, no mínimo anualmente, de forma a apurar se há algum indicativo de que uma ativo possa ter sofrido desvalorização. Quando o valor recuperável destes ativos não puder ser obtido por meio de fontes externas, a avaliação do valor recuperável desses ativos pode incorrer em consideráveis julgamentos, principalmente na mensuração dos potenciais benefícios econômicos futuros associados;

IV - Mensuração dos efeitos decorrentes da covid-19 nas Demonstrações Financeiras e impactos na Cooperativa: A Administração acompanha a evolução das suas operações que inclui o monitoramento dos níveis de capital e liquidez, do comportamento do risco de crédito dos ativos, dos riscos de mercado e seus instrumentos financeiros, da produção de novas operações de crédito e da evolução das captações. Os principais efeitos e impactos decorrentes da covid-19 sobre as Demonstrações Financeiras deste período estão descritos, quando aplicável, nas notas correspondentes às linhas do Balanço que foram afetadas.

q) Moeda funcional

As demonstrações financeiras são apresentadas na moeda funcional que é o real (R\$), e as informações, exceto quando indicado de outra forma, em milhares de reais (R\$ mil).

r) Resultado recorrente e não recorrente

Resultado recorrente é aquele que está relacionado com as atividades características da Cooperativa ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto o resultado não recorrente é aquele decorrente de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com tendência de não se repetir no futuro.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração dos Fluxos de caixa, foram classificados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	31/12/2020	31/12/2019
Disponibilidades	9.372	12.659
Relações interfinanceiras - centralização financeira em Cooperativa Central	398.944	368.396
Total	408.316	381.055

A centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média de 2020 equivale a 97% do CDI (dezembro de 2019 - 99%).

NOTA 05 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	31/12/2020				31/12/2019
	A vencer				
	Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	
DI entre Banco e Cooperativa	-	2.966	11.293	14.259	18.704
Total	-	2.966	11.293	14.259	18.704

Total circulante	2.966	-
Total não circulante	11.293	18.704

As aplicações de DI entre o Banco Sicredi e a Cooperativa são realizadas para cobrir as antecipações de recebíveis na aquisição e as operações de consignado INSS, ambas efetuadas pelos associados, com taxa de remuneração de 105% e 100% do CDI, respectivamente.

NOTA 06 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação e prazos:

Operações de crédito e Outros créditos	31/12/2020					Total da carteira	31/12/2019
	Vencidas a partir de 15 dias	A vencer			Total da carteira		
		Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses			
Empréstimos e títulos descontados	4.451	78.489	149.237	320.782	552.959	359.154	
Financiamentos	118	8.973	31.381	73.805	114.277	51.349	
Financiamentos rurais e agroindustriais	177	26.945	91.108	41.668	159.898	106.640	
Total das operações de crédito	4.746	114.407	271.726	436.255	827.134	517.143	
Avais e fianças honrados	252	4	-	-	256	253	
Devedores por compra de valores e bens	2	85	538	873	1.498	1.895	
Títulos e créditos a receber	-	26.922	9.498	17	36.437	26.960	
Total de outros créditos	254	27.011	10.036	890	38.191	29.108	
Carteira total	5.000	141.418	281.762	437.145	865.325	546.251	

Total circulante	428.180	364.868
Total não circulante	437.145	181.383

Os títulos e créditos a receber referem-se aos valores a receber de associados relativos a transações de cartões efetuadas na modalidade crédito sem juros.

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de risco	% Provisão	Carteira		Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
AA	-	33.104	59	-	-
A	0,50	328.441	180.264	1.639	901
B	1,00	339.385	202.574	3.389	2.026
C	3,00	110.360	106.408	3.308	3.192
D	10,00	26.957	23.906	2.696	2.391
E	30,00	9.688	9.501	2.906	2.850
F	50,00	2.672	5.706	1.336	2.853
G	70,00	2.499	3.490	1.749	2.443
H	100,00	12.219	14.343	12.219	14.343
Total		865.325	546.251	29.242	30.999

Conforme disposto no Art. 5º da Resolução 4800/20 a provisão face à perda para as operações enquadradas no Programa Emergencial de Suporte à Empregos deve incidir apenas sobre o montante equivalente ao Capital Próprio destinado para esse fim, esses valores estão sendo apresentados juntamente com o montante provisionado das operações de crédito e outros créditos.

A Cooperativa também possui Coobrigações em garantias prestadas no montante de R\$ 233.916 (dezembro de 2019 - R\$ 192.056) onde estão incluídas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes (Nota 27). As provisões decorrentes desses contratos estão registradas na rubrica 4.9.9.45.85-8 – Provisão para Garantias Financeiras Prestadas - Outros Fianças Bancárias, e compreendem o montante de R\$ 3.058 (dezembro de 2019 - R\$ 2.894) conforme Nota 15.

c) Composição da carteira de créditos segregada por setor de atividade e faixas de vencimento

Setor	31/12/2020					31/12/2019	
	Vencidas a partir de 15 dias	A vencer			Total da Carteira	Total da Carteira	
		Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses			
Pessoas físicas	3.281	49.036	78.524	141.947	272.788	179.484	
Rural	177	26.945	91.108	41.667	159.897	106.640	
Industrial	59	9.113	16.385	24.106	49.663	38.240	
Comércio	809	34.628	49.560	104.730	189.727	123.147	
Outros serviços	674	21.696	46.185	124.695	193.250	98.740	
Total	5.000	141.418	281.762	437.145	865.325	546.251	
Total circulante					428.180	364.868	
Total não circulante					437.145	181.383	

d) Concentração das operações de crédito

	31/12/2020	%	31/12/2019	%
10 maiores devedores	92.379	10,68	50.598	9,26
50 devedores seguintes	130.703	15,10	88.305	16,17
100 devedores seguintes	111.342	12,87	72.950	13,35
Demais	530.901	61,35	334.398	61,22
Total	865.325	100,00	546.251	100,00

e) Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial		34.461
Constituição de provisão	30.441	35.501
Reversão de provisão	(17.674)	(19.752)
Movimentação de baixados para prejuízo	(14.524)	(19.211)
Saldo final	29.242	30.999

f) Resultado com operações de crédito:

	2º semestre de 2020	31/12/2020	31/12/2019
Empréstimos e títulos descontados	35.283	71.672	75.322
Financiamentos	5.145	9.265	5.735
Financiamentos rurais e agroindustriais	4.120	7.586	5.355
Outros	34	66	67
Subtotal	44.582	88.589	86.479
Recuperações de créditos baixados como prejuízo	4.669	9.062	8.379
Total	49.251	97.651	94.858

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 38.878 (2019 - R\$ 47.926).

NOTA 07 – OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros ativos financeiros, estão assim compostos:

	31/12/2020	31/12/2019
Títulos e créditos a receber (Nota 07)	36.437	26.960
Rendas a receber	2.706	1.955
Devedores por compra de valores e bens (Nota 07)	1.498	1.895
Avais e fianças honrados (Nota 07)	256	253
Operações com cartões	858	455
Devedores por depósitos em garantia	272	138
Total	42.027	31.656
Total circulante	41.137	30.644
Total não circulante	890	1.012

Os Títulos e créditos a receber referem-se a valores a receber das transações de cartões de crédito.

NOTA 08 – OUTROS ATIVOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros ativos, estão assim compostos:

	31/12/2020	31/12/2019
Outros valores e bens	4.006	2.853
Adiantamentos e antecipações salariais	894	515
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	24	23
Adiantamentos para Confederação Sicredi	897	855
Impostos e contribuições a compensar	73	44
Cotas de consórcio	671	599
Pendências a regularizar	728	1.337
Valores a receber - Cooperativa Central Sicredi PR/SP/RJ	654	-
Outros	225	359
Total circulante	8.172	6.585

Os adiantamentos para Confederação Sicredi referem-se à antecipação de valores para a Confederação Sicredi, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas.

a) Outros valores e bens

	31/12/2020	31/12/2019
Bens não de uso próprio	4.012	2.837
Imóveis	3.932	2.604
Veículos e afins	80	233
Despesas antecipadas	30	32
Provisão (Redução do valor recuperável - Bens não de uso)	(36)	(16)
Total circulante	4.006	2.853

b) Movimentação da provisão para desvalorização de bens não de uso:

Conforme determinações previstas no CPC 01, a provisão é constituída de forma a assegurar que os ativos não estejam registrados por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda, abaixo segue a movimentação dos valores:

	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	(16)	(48)
Constituição de provisão	(25)	(5)
Reversão de provisão	5	37
Saldo final	(36)	(16)

NOTA 09 – INVESTIMENTOS

Registrados ao custo de aquisição	31/12/2020	31/12/2019
Cooperativa Central Sicredi PR/SP/RJ	14.505	14.505
Sicredi Participações S.A.	7.271	7.271
Outras participações e investimentos	1	1
Sicredi Fundos Garantidores	1	1
Total	21.777	21.777

Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Número de ações/quotas possuídas	2.365.506 ON	2.365.506 ON	1	1	14.504.813	14.504.813
	4.905.494 PN	4.905.494 PN	Quotas	Quotas	Quotas	Quotas
Percentual de participação	0,62%	0,69%	0,62%	0,62%	4,55%	4,57%
Capital social	1.178.211	969.491	161	164	318.901	317.064
Patrimônio líquido	1.222.087	989.638	334.310	312.950	320.371	318.570
Resultado líquido do exercício	38.149	6.514	21.363	60.259	-	-
Valor do investimento	7.271	7.271	1	1	14.505	14.505

NOTA 10 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

	Taxas anuais de depreciação %	31/12/2020			31/12/2019
		Custo	Depreciação/amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de uso	-	23.779	(10.628)	13.151	12.363
Imobilizações em curso	-	73	-	73	-
Terrenos	-	931	-	931	931
Edificações	4%	4.599	(2.443)	2.156	2.561
Instalações	10%	141	(8)	133	29
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10%	884	(279)	605	285
Móveis e equipamentos	10%	8.088	(2.873)	5.215	4.795
Equipamentos de comunicação e segurança	10%	1.267	(253)	1.014	472
Equipamentos de processamento de dados	20%	7.075	(4.284)	2.791	3.105
Veículos	20%	721	(488)	233	185
Intangível		13.489	(8.584)	4.905	5.584
Investimentos Confederação		13.489	(8.584)	4.905	5.584

Os investimentos Confederação são valores reclassificados de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta" para o intangível e referem-se aos investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação, sendo amortizados com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

NOTA 11 – DEPÓSITOS

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	31/12/2020				31/12/2019
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Depósitos à vista	268.080	-	-	268.080	127.300
Depósitos interfinanceiros	11.824	-	-	11.824	11.505
Depósitos a prazo	7.332	17.562	524.488	549.382	459.202
Total	287.236	17.562	524.488	829.286	598.007

Total circulante	304.798	157.405
Total não circulante	524.488	440.602

NOTA 12 – RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

	31/12/2020	31/12/2019
Repasses interfinanceiros	188.983	113.730
Total	188.983	113.730

a) Repasses Interfinanceiros

	31/12/2020				31/12/2019
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	28.515	98.000	62.468	188.983	113.730
Total - Recursos do Crédito Rural	28.515	98.000	62.468	188.983	113.730

Total circulante	126.515	96.454
Total não circulante	62.468	17.276

As obrigações por repasses interfinanceiros provenientes de recursos do crédito rural operam com uma taxa até 8% a.a. com vencimentos até 24/06/2029, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A., Sendo que para os recursos advindos do compulsório da poupança a taxa praticada é 84,5% do CDI e vencimento em 01/06/2023.

NOTA 13 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos são apresentados a seguir:

Empréstimos no País	31/12/2020				31/12/2019
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	-	40	6.875	6.915	6.879
Total	-	40	6.875	6.915	6.879

Total circulante	40	4
Total não circulante	6.875	6.875

As obrigações por empréstimos com recursos repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A., operam com uma taxa de CDI + 0,85% com vencimento em 15/10/2026.

NOTA 14 – OBRIGAÇÕES POR REPASSES

Os repasses são apresentados a seguir:

Repasses no País	31/12/2020				31/12/2019
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
BNDDES	139	386	757	1.282	-
Total	139	386	757	1.282	-

Total circulante	525	-
Total não circulante	757	-

As obrigações por repasses operam com uma taxa até 3,75% a.a. com vencimento até 01/07/2023.

NOTA 15 – OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS

	31/12/2020	31/12/2019
Provisão para garantias financeiras prestadas	3.058	2.894
Recursos em trânsito de terceiros	1.187	1.527
Total circulante	4.245	4.421

A provisão para garantias financeiras prestadas refere-se a coobrigações assumidas pelas Cooperativas na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco.

NOTA 16 – PROVISÕES PARA RISCOS CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS E TRABALHISTAS

A Cooperativa possui provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Probabilidade de perda	31/12/2020	31/12/2019
Cível	Provável	52	18
Total		52	18

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2020	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2020
Cível	18	63	(29)	52
Total	18	63	(29)	52

Em 31 de dezembro de 2020, a Cooperativa possuía também processos de natureza Trabalhista, Cível e Tributária, cuja probabilidade de perda é possível no montante estimado de R\$ 100; R\$ 326; e R\$ 359 (dezembro de 2019 - R\$ 130, R\$ 550 e R\$ 0), respectivamente.

NOTA 17 – OUTROS PASSIVOS

	31/12/2020	31/12/2019
Operações com cartões	35.193	25.718
Provisão para pagamentos a efetuar	2.847	3.431
Cotas de capital a pagar	1.702	1.266
Provisão para participações nos lucros	5.776	5.057
Fundo de assistência técnica, educacional e social	2.836	1.683
Impostos e contribuições a recolher	1.492	1.615
Credores diversos	2.213	2.461
Cobrança e arrecadação de tributos	-	197
Pendências a regularizar	173	96
Total Circulante	52.232	41.524

NOTA 18 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital social**

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	31/12/2020	31/12/2019
Capital social	68.570	65.126
Total de associados	59.447	54.494

Em 31 de dezembro de 2020, a cooperativa variou seu capital social no montante de R\$ 3.444 (2019 – R\$4.801), sendo R\$ 1.787 (2019 – R\$ 3.409) via integralização de resultados e R\$ 4.497 (2019 – R\$ 3.960), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 2.840 (2019 – R\$ 2.568).

b) Juros ao capital

A Cooperativa efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 2,75% em Conta Capital, no montante de R\$ 1.807, calculados em conformidade com a Lei Complementar 130/2009, observando-se o limite da taxa SELIC.

c) Destinações

A Cooperativa destinou seus resultados de acordo com o estatuto social, nos seguintes percentuais:

- 65% para a Reserva Legal, que tem por objetivo reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades;
- 5% para o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES, destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa;

NOTA 19 – SICREDI FUNDO GARANTIDOR

Conforme previsto na Nota Explicativa 1 – Contexto Operacional, em 2020 a Cooperativa utilizou o recurso da SFG - Sicredi Fundo garantidor, na forma de doação, no valor de R\$ 817 (R\$ 2.072 em dezembro de 2019), registrada no grupo de “Outras Receitas Não Operacionais”.

A legislação que rege as cooperativas de crédito prevê expressamente como atividade destas o recebimento, em caráter eventual, de recursos isentos de remuneração ou a taxas favorecidas, de qualquer entidade, na forma de doações, empréstimos ou repasses (art. 17, III, da Res. CMN nº. 4.434/15).

NOTA 20 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	31/12/2020	31/12/2019
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	38.071	34.224
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(15.228)	(13.690)
Efeito dos ajustes previstos na legislação:		
Sobras decorrentes dos atos cooperativos	13.088	10.445
Juros sobre capital próprio pagos aos associados no exercício	723	1.384
Compensação de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	-	103
Demais adições e exclusões previstas na legislação	74	69
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(1.343)	(1.689)

Demais adições e exclusões consideram os efeitos dos demais itens previstos na legislação, como: doações, constituição e reversão de provisões, resultados de equivalência patrimonial, etc.

NOTA 21 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Instituições relacionadas

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, abaixo apresentamos as principais operações realizadas:

	31/12/2020	31/12/2019
Ativo		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05)	14.259	18.704
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 04)	398.944	368.396
Outros ativos financeiros - Rendas a receber (Nota 07)	2.033	1.439
Outros ativos (Nota 08)	897	1.191
Investimentos (Nota 09)	21.777	21.777
Intangível (Nota 10)	4.905	5.584
Passivo		
Depósitos interfinanceiros (Nota 11)	11.824	11.505
Obrigações repasses interfinanceiros (Nota 12)	188.983	113.730
Obrigações por empréstimos (Nota 13)	6.915	6.879
Outros passivos (Nota 17)	33.874	25.754
Receitas		
Resultado títulos e valores mobiliários	548	229
Ingressos e receitas de prestação de serviços	10.467	9.637
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 24)	11.257	20.546
Receita não operacional - Doação SFG (Nota 19)	817	2.072
Despesas		
Operações de captação no mercado	318	333
Operações de empréstimos e repasses	7.261	4.958
Outros dispêndios e despesas administrativas (Nota 23)	2.083	3.163
Outros dispêndios e despesas operacionais (Nota 25)	8.992	9.610

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	31/12/2020	% em relação ao total	31/12/2019
Depósitos à vista	225	0,08%	124
Depósitos a prazo	4.165	0,76%	3.883
Operações de crédito	2.842	0,34%	2.152

c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nestes dados estão inclusos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	31/12/2020	31/12/2019
Pessoas chave da administração	3.475	3.767

NOTA 22 – DISPÊNDIOS E DESPESAS DE PESSOAL

	2º semestre de 2020	31/12/2020	31/12/2019
Remuneração	8.758	17.574	17.577
Benefícios	3.844	7.455	6.453
Encargos sociais	3.313	6.288	6.215
Treinamentos	28	68	104
Total	15.943	31.385	30.349

NOTA 23 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2º semestre de 2020	31/12/2020	31/12/2019
Água, energia e gás	428	920	891
Aluguéis	1.604	3.167	3.029
Comunicação	596	1.183	1.382
Manutenção e conservação	944	1.693	1.558
Material de expediente	544	1.072	1.142
Processamento dados	538	1.084	812
Promoções, relações públicas, propaganda e publicidade	1.658	4.174	4.345
Serviços do sistema financeiro	1.316	2.474	2.040
Serviços de técnicos especializados e de terceiros	2.579	4.277	2.581
Serviços de vigilância e segurança	1.002	1.956	1.813
Serviços de transportes	490	1.138	1.391
Depreciação	1.309	2.546	2.255
Amortização (Rateio Confederação)	987	1.735	1.417
Dispêndios assistência técnica, social e educacional	226	593	1.405
Outras despesas administrativas	1.419	2.635	2.288
Total	15.640	30.647	28.349

NOTA 24 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

	2º semestre de 2020	31/12/2020	31/12/2019
Absorção de dispêndios - FATES	226	593	1.405
Recuperação de encargos e despesas	986	2.390	2.420
Ingressos depósitos intercooperativos	4.217	10.749	20.056
Reversão de provisões operacionais	904	1.675	1.925
Reversão de provisões para garantias financeiras prestadas	805	1.711	1.727
Reversão de provisões para passivos contingentes	26	29	21
Outras rendas operacionais	1.022	1.102	170
Total	8.186	18.249	27.724

Os ingressos depósitos intercooperativos refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central.

NOTA 25 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2º semestre de 2020	31/12/2020	31/12/2019
Descontos concedidos em renegociação e crédito	2.159	3.213	2.671
Contribuições Cooperativistas	108	215	207
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	155	631	1.142
Contribuição Confederação Sicredi	4.309	8.166	7.994
Cooperativa Central Sicredi PR/SP/RJ	498	998	1.126
Encargos da administração financeira	-	3	106
Repasse Administradora de Cartões	-	129	343
Provisões para garantias financeiras prestadas	1.297	1.889	1.718
Provisões para passivos contingentes	38	63	5
Outras provisões operacionais	531	1.032	1.018
Operação com cartões (emissão, postagem, processamento, demais)	1.665	2.495	1.494
Risco operacional	419	1.401	1.335
Outras despesas operacionais	306	1.033	768
Total	11.485	21.268	19.927

NOTA 26 – RESULTADO RECORRENTE E NÃO RECORRENTE

	2º semestre de 2020	31/12/2020	31/12/2019
Resultado antes das destinações	19.910	36.728	32.535
Eventos não recorrentes	-	817	2.072
Resultado recorrente	19.910	35.911	30.463

NOTA 27 – COBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

	31/12/2020	31/12/2019
Beneficiários de garantias prestadas	233.916	192.056
Total	233.916	192.056

Nas garantias prestadas estão incluídas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Fname e BNDES.

NOTA 28 – GERENCIAMENTO DE RISCOS

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se a Estrutura de Gerenciamento de Capital, o Risco Operacional, de Mercado, de Liquidez, e o de Crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

I - Estrutura de Gerenciamento de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimos legais e que reflitam o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada Instituição do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

II - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. A definição inclui, ainda, o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, às sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

O gerenciamento do risco operacional é realizado de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades tem como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistemicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações que visam manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São estas:

- Normatização interna contendo regras, papéis e responsabilidades quanto ao gerenciamento do risco operacional disseminados ao pessoal da instituição;
- Identificação, avaliação, tratamento e monitoramento dos riscos operacionais;
- Armazenamento, monitoramento e investigação de perdas operacionais, visando mantê-las em níveis considerados aceitáveis pela instituição;
- Reportes periódicos e estruturados sobre temas relevantes de risco operacional e controles internos aos fóruns de governança;
- Implementação e manutenção de programas de capacitação sobre a cultura de riscos e controles na Instituição;
- Testes de estresse periódicos para cenários de risco operacional;
- Procedimentos que visam assegurar a continuidade das atividades da instituição e limitar perdas decorrentes da interrupção dos processos críticos de negócio, incluindo análises de impacto e testes periódicos de planos de continuidade.

Ainda, um conjunto de procedimentos vem sendo implementados para avaliar, gerenciar e monitorar o risco operacional decorrente de serviços terceirizados relevantes para o funcionamento regular da instituição.

III - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do risco de mercado.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de mercado são estabelecidos seguindo os critérios mínimos da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Processos destinados a monitorar e reportar a aderência ao apetite ao risco de mercado da Instituição em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das instituições do Sistema.

IV - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada Instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- O estabelecimento de processos de rastreio e reporte de observância ao apetite ao risco de liquidez e em níveis considerados aceitáveis pela instituição;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

V - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

VI - Risco de Segurança da Informação

O risco de segurança da informação é definido como o risco relacionado a probabilidade de exploração de uma vulnerabilidade, considerando as ameaças vinculadas, e o impacto na confidencialidade, integridade ou disponibilidade das informações. Riscos de segurança cibernética ou cibersegurança fazem parte do contexto de riscos de segurança da informação.

No Sicredi, o gerenciamento do risco de segurança da informação é realizado de forma conjunta com Banco, Centrais e Cooperativas Singulares, os quais possuem responsabilidade pelo cumprimento dos normativos internos e externos, contando com ferramentas e metodologias sistêmicas que podem ser complementados por ações locais. Os processos e ações voltados para segurança da informação visam a manutenção dos riscos em níveis aceitáveis, incluindo a utilização de controles adequados e efetivos, frente aos custos, tecnologia e objetivos de negócio.

VII - Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos e capital pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho "Sobre nós \ Relatórios e Políticas \ Gestão de Riscos"

NOTA 29 – ÍNDICES DE BASILÉIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos das Resoluções CMN nº 3.444/07 e nº 3.490/07 até setembro de 2013 e pela Resolução CMN nº 4.192/13 a partir de outubro de 2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

Limites operacionais	31/12/2020	31/12/2019
Patrimônio de Referência (PR)	224.989	195.792
Nível I (NI)	224.989	195.792
Capital principal - CP	224.989	195.792
Capital social	68.570	65.126
Reservas de capital	150.848	128.149
Lucros acumulados	10.476	8.101
Ajustes Prudenciais	(4.905)	(5.584)
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	1.072.371	780.103
Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária	5.238	1.027
Margem de Capital	120.557	112.855
Índice de Basileia (PR / RWA)	20,98%	25,10%
Situação de Imobilização (Imob)	13.152	12.364
Índice de Imobilização (Imob / PR)	5,85%	6,31%

Margem de Capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos regulamentares e ao adicional de capital principal.

NOTA 30 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2020, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não são examinadas pelos nossos auditores independentes.

Eleuterio Benin
Diretor Executivo
CPF: 337.724.369-00

Fabio Dalponte
Diretor de Operações
035.901.269-81

Eduardo Netto Sarubbi
Contador
CRC: RS-060899/O-8
CPF: 694.157.650-20